

INSURGES DE L'EMPIRE : DES LIVRES QUI ENSEIGNENT LA PARAIBA (1817-1930)

M. I. STAMATTO*, C. E. CURY**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte*/ Universidade Federal da Paraíba**

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7486-9951> * / <http://orcid.org/0000-0003-2540-2949> **
stamattoines@gmail.com

Submetido 21/08/2024 - Aceito 02/11/2024

DOI: 10.15628/holos.2024.17599

RÉSUMÉ

Dans cet article, nous cherchons à comprendre le processus d'émergence des livres scolaires régionaux au Brésil. Nous prenons Paraíba comme référence. Nous délimitons l'étude comme une section thématique du projet de recherche sur les livres scolaires publiés au Brésil au XIXe siècle et dans les premières décennies du XXe siècle, développé dans le cadre du Groupe de recherche sur l'histoire de l'éducation au nord-est du XIXe siècle. – GHENO/UFPB. La principale source était le Livre scolaire, notamment le Livre scolaire régional. Nous avons effectué des recherches bibliographiques et

catalogué les manuels scolaires régionaux d'Histoire et de Géographie. Des recherches sur le terrain ont été menées dans les collections de la Bibliothèque des Archives publiques de l'État de Paraíba et de la Fundação Casa de José Américo. Les Histoires des Provinces ne trouvent pas d'espace pour se consolider dans l'historiographie brésilienne de l'Empire. Ce serait avec la République fédérative, lorsque les oligarchies régionales commenceraient à contrôler le gouvernement fédéral, que serait l'incitation à la production historiographique locale.

MOTS-CLÉS : Livres scolaires régionaux, Livres d'histoire du Paraíba, Union, Fédération

INSURGENTES DO IMPÉRIO: LIVROS QUE ENSINAM A PARAÍBA (1817-1930)

RESUMO

Neste artigo buscamos compreender o processo de surgimento dos Livros Escolares Regionais no Brasil. Tomamos como referência a Paraíba. Demarcamos o estudo como um recorte temático do projeto de pesquisa sobre Livros Escolares publicados no Brasil no século XIX e primeiras décadas do século XX, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO/ UFPB. A principal fonte foi o Livro Escolar, particularmente o Livro Escolar Regional. Realizamos levantamento bibliográfico e

catalogação de livros escolares regionais de História e de Geografia. A pesquisa de campo foi realizada em acervos na Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Paraíba e na Fundação Casa de José Américo. As Histórias das Províncias não encontram espaço para se consolidar na historiografia brasileira durante o Império. Seria com a República federativa, quando as oligarquias regionais passam a controlar o governo federal, o incentivo à produção historiográfica local.

PALAVRAS-CHAVE: Livros Escolares Regionais, Livros de História paraibanos, União, Federação.

1 INTRODUÇÃO - LIVROS ESCOLARES: FONTE HISTÓRICA

“Tudo o que está no livro, em qualquer livro, nos reenvia para fora dele.”
André Belo

Neste artigo buscamos compreender o processo de surgimento dos Livros Escolares Regionais no Brasil. Tomamos como referência a Paraíba e demarcamos o estudo como um recorte temático do projeto de pesquisa¹ sobre Livros Escolares publicados no Brasil no século XIX e primeiras décadas do século XX, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO/ UFPB.

Entendemos que para estudar a história do livro não é suficiente apenas se debruçar sobre os conteúdos presentes em um livro e os aspectos gráficos que apresenta, pois pressupomos que um livro carrega marcas de uma época, da sociedade que o elaborou, tornando-se um registro de conhecimentos, valores, ideias, informações produzidas por uma dada sociedade. Revela a mão do artesão, as tecnologias utilizadas para o seu fabrico. Sua estrutura física contém as marcas de sua feitura e da arte da escrita. Por isso, para muitos pesquisadores da área, o livro é conceituado como *um artefato cultural*.

Assim, compreendemos o que o autor da epígrafe, ao escrever sobre livro escolar, explica porque “tudo o que está no livro, nos reenvia para fora dele”:

Qualquer livro, em qualquer época, seja ele impresso ou manuscrito, traz em si, para além das marcas de um trabalho intelectual, marcas de práticas artesanais ou industriais, marcas de uma relação com o poder ou com outros indivíduos, marcas de um produto destinado a ser vendido ou trocado, marcas do estatuto social dos seus autores, marcas da relação do texto com o leitor, marcas de um uso da língua, enfim, marcas de um proprietário ou mesmo de um ato de leitura (Belo, 2002, p. 2002).

O Livro Escolar², além das características indicadas para um livro, aporta também traços do ensinar-aprender, das habilidades requeridas para a leitura e aprendizagem, das concepções pedagógicas vigentes e dos propósitos políticos articulados às políticas públicas educacionais. Assim, sem refutar Antonio A. G. Batista, quando ele conceitua que “um livro didático é aquele

¹ A pesquisa foi realizada a partir do projeto *Livros de Leitura (Escolares) publicados no Brasil no século XIX e primeiras décadas do século XX*, desenvolvido pela Prof^a Dr^a Maria Inês Sucupira Stamatto e apresentado para a Licença de Capacitação Docente/UFRN em 2023 (setembro a dezembro), sob a supervisão da Prof^a Dr^a Cláudia Engler Cury. As autoras agradecem as valiosas discussões temáticas no grupo de pesquisa GHENO/UFPB, bem como o atendimento eficiente dos bibliotecários Francisco Assis Vilar, Karcia Dias e Nadigila da Silva Camilo, da Casa Fundação José Américo, e do bibliotecário-chefe Sales, do setor de obras raras da Biblioteca Pública Juárez da Gama Baptista-FUNESC/BPJGB.

² A nomenclatura tornou-se variada ao longo da produção didática no Brasil. Podemos encontrar: manual escolar, manual didático, livro-texto, livro didático, obra didática, epítome, compendio, opúsculo. Neste texto empregamos esses termos como sinônimo para evitarmos repetições.

livro ou impresso empregado pela escola para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação” (2002, p. 534), completamos com um elemento fundamental para o reconhecimento de um livro escolar, que é a sua produção intencional para a função de ensinar o “conhecimento humano acumulado”, acompanhando os componentes curriculares do ensino ao qual foi destinado.

A produção impressa didática brasileira foi analisada sob diferentes prismas na literatura da área, sendo que as classificações que os pesquisadores fazem não são necessariamente excludentes mas sim, muitas vezes, complementares. Arlette Gasparello identifica duas fases na produção de obras didáticas de História do Brasil durante o século XIX: a primeira com um forte cunho nacionalista, que chama de *história patriótica* (1831-1861), e uma segunda, que denomina de *história imperial* (1861-1900) (2015, p. 40).

Para Circe Bittencourt os livros didáticos no Brasil podem ser agrupados observando-se o vínculo profissional dos autores. Para a autora “um primeiro grupo iniciou sua produção a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil e suas obras foram produzidas pela Imprensa Régia” (2004, p. 480). Já para Elomar Tambara, que reparte a elaboração de manuais escolares em quatro períodos no século XIX, escreve que no 1º período, de 1808 a 1821, “muito pouco foi produzido em termos de livros escolares para a utilização na escola elementar do Brasil à época” (2002, p. 29).

Consideramos que um impulso inicial para a produção de livros para o ensino foi a primeira lei escolar promulgada em 1827, sendo que para o ensino de História, esse impulso se deu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e do Colégio Pedro II, dez anos depois. Nesse sentido, Bittencourt assinala como a primeira geração de autores de livros de História do Brasil aquela formada por “figuras próximas ao governo”, elencando vários secretários do IHGB, como o cônego Caetano Fernandes Pinheiro (1859-1876), além de Dr. Duarte Moreira de Azevedo (1880-1886), Joaquim Manuel de Macedo (1852-1856) e Max Fleiuss (1900-1905)” (2004, p. 481). Uma nova geração de autores de livros didáticos de História surge a partir da década de 1870-1880, incorporando “experiências pedagógicas provenientes de cursos primários, secundários, ou de escolas normais” (Bittencourt, 2004, p. 483).

A partir do viés da territorialidade da produção autoral, Tambara coloca que o período de 1821 a 1850, que designa como o 2º período dessa produção, “pode ser “identificado, em termos geográficos, pela produção portuguesa, francesa e do Município da Corte”; de 1850 a 1880, o 3º período, “há a predominância de autores nacionais”; enquanto que de 1880 a 1900, o 4º período, ocorre a “emergência de autores e editores regionais” (2002, p.30), abrindo possibilidades para a elaboração de obras regionais.

Livros de História (e de Geografia) regionais são livros que tratam de um espaço delimitado do território nacional para desenvolverem conteúdos/ narrativas sobre esta parte específica. O livro *didático* de História regional contempla estudos sobre uma determinada região do país e é destinado ao ensino de História neste mesmo local, podendo ser de uma província ou de um

estado, de um município ou de uma cidade. Na impossibilidade de estudarmos obras regionais de todas as províncias/ estados brasileiros, devido ao tempo exíguo da realização da pesquisa (três meses) decidimos selecionar um estado como referência pois, em consonância com Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, é possível uma compreensão do nacional a partir do local, já que “[...] as histórias produzidas nos âmbitos regionais, estaduais e locais, fazem parte e são as histórias do Brasil [...]” (2023, p.25). Nesse sentido, o fator que nos levou a escolher a província/ estado da Paraíba foi a questão da *paraibanidade* relacionada à escrita da história:

Dessa forma, foi se organizando a escrita da história das localidades (História da Paraíba), frente e unida ao discurso de uma história nacional/do Brasil, universal. O que mais tarde se desdobraria em um sentimento local, que a historiografia legitimou como “*paraibanidade*”, que segundo Mariano (2000), foi se formando desde os movimentos (revolucionários) do início do dezenove, como por exemplo, o de 1817 (Morais, 2016, p. 36).

A Paraíba participou de movimentos revolucionários em 1817, 1824, e 1848. Interessa-nos saber se isto fomentou a produção de livros de História da Paraíba, levando em consideração o conceito de modulação paraibana postulado por Pinheiro, para quem “a história da educação é uma modulação particular do Brasil, uma vez que as experiências de um grupo, de um espaço, permitem um objeto de pesquisa a partir de múltiplas versões” (2023, p. 20), o que nos possibilitaria compreender as experiências de outras províncias/ estados brasileiros.

Para esta pesquisa tomamos como principal fonte o Livro Escolar, particularmente o Livro Escolar Regional, e realizamos levantamento bibliográfico e catalogação de livros escolares regionais de História e de Geografia³. A pesquisa de campo foi realizada em acervos em João Pessoa, como a Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Paraíba e a Fundação Casa de José Américo. Previmos igualmente a ida ao setor de obras raras da Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba, que entretanto encontrava-se fechada ao público por motivo de reformas em seu prédio. Buscamos alternativa em acervos tais como o Laboratório de Ensino e Material didático-LEMAD-DH/USP e o da Biblioteca Brasileira Mindlin, bem como bibliografias publicadas referentes ao tema.

Quando começamos a análise dos livros regionais catalogados fomos lançadas *para fora do livro*. Percebemos que, no século XIX, a produção historiográfica e didática na área de história no Brasil esteve voltada para a elaboração de livros de História *do Brasil*. Precisávamos então entender em que contexto surgiram os livros de história regionais.

³ Nossa atenção aos livros de geografia deve-se ao fato de que no século XIX e início do XX apareceram obras denominadas de Choreographia ou Chorographia nas quais era comum, além do conteúdo de geografia, introduzir ‘notícias históricas’, cronologias e trechos da História do Brasil.

2 INSURGENTES DO IMPÉRIO: A REPÚBLICA FEDERATIVA

As ideias de descentralização, de federação, de república não eram desconhecidas da sociedade brasileira, tendo circulado no país desde antes da Independência. Exemplo clássico foi o da Inconfidência Mineira, em 1789, quando os inconfidentes escreveram leis, escolheram lema e até mesmo bandeira para a nova república. Em 1795, por exemplo, a Sociedade Literária no Rio de Janeiro foi fechada, porque no ano anterior houve manifestações a favor de um governo republicano (Inconfidência Carioca). Também na Bahia, na Conspiração dos Alfaiates, em 1799, havia “nítida influência de doutrinas francesas nos panfletos subversivos colocados nas esquinas” (Flores, 2008, p. 33).

Apesar do controle rigoroso da monarquia portuguesa, essas ideias aportaram nas terras brasileira por meio de livros importados ou contrabandeados⁴, inspirando-se a partir do exemplo da independência dos Estados Unidos em formato de República Federativa (1776), pelos ideais difundidos com a Revolução Francesa (1789) e as Guerras Napoleônicas, além das independências de nossos vizinhos, as colônias espanholas da América Latina estabelecidas em estados republicanos, nas duas primeiras décadas do século XIX. Esse ideário continuou a fazer adeptos no Brasil imperial, que ao defender a descentralização e a república no parlamento foram chamados de radicais, de progressistas, de exaltados, ao mesmo tempo em que ao participar dos movimentos político-sociais liberais foram denominados de rebeldes, de revoltados, de revolucionários – insurgentes⁵ do Império.

Se no processo de independência brasileira a monarquia conservadora, sustentada pelas oligarquias agroexportadoras, logrou se estabelecer no poder, por outro lado os liberais republicanos não desapareceram do cenário nacional ao longo do século XIX. Desse modo, antes mesmo da própria Independência em 1822, eclodiu o movimento separatista de 1817 (Revolução Pernambucana, em Pernambuco/ Paraíba/ Rio Grande do Norte/ Alagoas) e, em seguida, outras ‘independências’ ocorreram, como as de 1824 (Confederação do Equador, em Pernambuco/ Paraíba/ Ceará/ Rio Grande do Norte/ Alagoas/ Sergipe), as de 1835 (Revolução Farroupilha, em Rio Grande do Sul/ Santa Catarina; Cabanagem, no Pará), a de 1838, (Balaiada, em Maranhão/ Piauí/ Ceará/ Bahia/ Goiás), e a de 1848 (Revolução Praieira em Pernambuco/ Paraíba), que acontecendo em momentos e lugares diversos, defendendo proposições diferenciadas, apresentavam em comum a contestação à centralização da monarquia.

Explica Nelson Werneck Sodré que “Os exaltados ficavam com a federação, viesse com a república ou com a Monarquia. Os moderados hesitavam entre a monarquia unitária e a monarquia federativa. A ideia federalista alastrava-se” (1939, p. 271). Com a Independência, a

⁴ “De fato os livros eram mais um item do considerável comércio ilegal mantido com a América do Sul pelos ingleses, franceses e holandeses durante quase todo o período colonial” (Hallewell, 2005, p.104).

⁵ Alvorotados, amotinados, insurreccionados, insubmissos, desordeiros, insurrectos, rebeldes, revoltados, revoltosos, revolucionários, sublevados.

Assembleia Constituinte propôs, em 1823, uma Constituição em moldes republicanos, com a divisão dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário – com o monarca ocupando a chefia do executivo. Entretanto, D. Pedro I rejeitou a Carta, dissolveu a Assembleia e outorgou a Constituição de 1824, na qual aparece o poder moderador, concentrado na figura do monarca. A dissolução da Assembleia Constituinte foi o mote para a deflagração da Confederação do Equador, energicamente combatida pelo governo monárquico com pena de morte para os chefes insurretos, “selando com sangue a unidade territorial e também a política do Antigo Regime, que foi consolidada no governo imperial do Rio de Janeiro” (Bernades, 2007, p. 20). José Murilo de Carvalho explicita claramente as posições políticas da época:

Os conservadores mantinham-se dentro de uma interpretação literal da Constituição, repetindo François Guizot (1787-1874), historiador e influente político francês: o rei reina, governa e administra. Os liberais apelavam para a obra de Constant e recorriam a Adolphe Thiers (1797-1877), outro historiador e influente político francês: o rei reina, mas não governa (Carvalho, 2012, p. 27).

Igualmente, ao revelar o embate das forças político-sociais na organização do Estado brasileiro, Carvalho desvela a influência das ideias francesas no cenário nacional. Nesse sentido, no período regencial os liberais adeptos ao federalismo propuseram um projeto para a reforma da Constituição em cuja primeira versão estipulava-se uma monarquia federativa, suprimindo o poder moderador, além de dividir as rendas públicas em nacionais e provinciais e transformando os Conselhos das províncias em Assembleias Legislativas (Pombo, 1940, p. 476). Esse projeto que foi desfeito no Senado e modificado em lei na Emenda Constitucional – o Ato Adicional de 1834. A lei descentralizava às províncias algumas atribuições internas com as Assembleias provinciais, mas mantinha-se a centralização a partir do controle da arrecadação e da nomeação dos presidentes das províncias pelo governo central, assim como o poder moderador.

Os presidentes das províncias eram nomeados pelo poder central e representavam, na província, o governo geral. Assim compreende-se o Relatório de João Antonio de Vasconcelos, presidente da Província da Paraíba do Norte, encaminhado à Assembleia Legislativa em agosto de 1849, no qual ele criticava violentamente o movimento da Praia (iniciado em Pernambuco) e descrevia as ações tomadas para impedir *a invasão dos rebeldes na capital paraibana e manter a ordem pública* (Pinheiro, 1997, p. 212).

A partir de 1870 fundaram-se clubes republicanos no país, o que permitiria uma maior difusão do ideal republicano e federativo. Entretanto, até a queda do Império a monarquia mantém a união territorial e a centralização administrativa-financeira, controlando as intenções descentralizadoras/ federativas no Parlamento e tratando os movimentos sociais liberais como insurgentes.

3 A MONARQUIA CENTRALIZADA E OS LIVROS ESCOLARES

Nesse contexto, a produção de livros escolares no Brasil Imperial foi direcionada para a formação e o fortalecimento da ideia de Nação brasileira, particularmente aqueles destinados ao ensino de história e geografia do Brasil, e em geral, os de leitura na escola elementar. Os autores destes livros destinados à formação de sentimentos patrióticos elaboravam seus textos a partir da operação de arquitetar a nacionalidade, como explicam Silva e Silva:

A construção da nacionalidade, em sua artificialidade, frequentemente recorre a elementos da tradição, em que o passado é mitificado, criando heróis ou momentos épicos que são apresentados como definitivos na formação do povo e da nação. Obras de Literatura e Música, e a construção de uma “História nacional”, são algumas das formas de se construir uma nacionalidade (Silva & Silva, 2005, p. 310).

Pesquisadores sobre livros didáticos já apontaram para a relação entre os manuais escolares e o processo de formação e consolidação do Estado-nacional, bem como sobre a constante presença da Pátria e da História Sagrada no conteúdo para o ensino elementar, e mesmo para o secundário, durante o período imperial brasileiro (Bittencourt, 2004; Gasparello, 2015; Tambara, 2002; Vechia, 2008; Kennia, 2010; Pinheiro, Cury & Ananias, 2010; Moraes, 2016; Castellanos, 2017; Santos, 2017; Stamatto, 2019; Magalhães & Costa, 2019; Valdez, Panizzolo, Dias & Rocha, 2023; entre outros). Nesse processo, a historiadora Cláudia Cury assinala que

[...] uma parte considerável dos historiadores do século XIX e, mesmo, do início do século XX, na Europa e na América e sua produção historiográfica estiveram comprometidas e compartilharam com os governantes a construção de uma memória nacional. Construção esta que envolvia esquecimentos e ocultamentos em prol de uma identidade nacional e de uma história oficial (Cury, 2005, p. 1).

Esse tipo de história valorizada durante o período imperial passou a ser contemplada nos manuais escolares por meio de temas como o amor pela pátria, a grandeza do país, os símbolos pátrios, os heróis da pátria, que foram incorporados às lições escolares inclusive em livros para o nível secundário: “Todo e qualquer espaço e oportunidade deveriam ser utilizados para ensinar o dever para com ‘Deus, ao Soberano’ bem como ‘a sua família e país’” (Cury, Pinheiro & Ananias, 2010, p. 245). Surgiram, desse modo, livros escolares para a formação do bom súdito cristão, e também com a função de fortalecer a identidade nacional, como *Episódios da Pátria contados à Infância* (1853) e *História Sagrada Ilustrada para uso da Infância* (1863) ambos de autoria do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, além de *Lições de História da Pátria*, de José Maria Lisboa, em 1876, *Compêndio de Civilidade Cristã*, do Bispo Antonio Macedo Costa, publicado em 1880. Tal perfil, aliás, persistiu no período republicano, principalmente os títulos de exaltação da pátria, como *Pátria, livro dedicado à mocidade brasileira*, de José Vieira de Almeida, de 1899, A

grande Pátria para diálogos nas escolas primárias de João Kopke, de 1900, *Por que me ufano do meu país*, de Affonso Celso, livro para a escola secundária, também de 1900. A esses se seguiram *Contos Pátrios* (1904) e *A Pátria Brasileira* (1909) de Olavo Bilac e Coelho Neto, *Nossa Pátria* de Virgílio Cardoso, de 1911, *Minha Pátria* de J. Pinto e Silva, de 1916, *Nossa Pátria* de José Francisco Rocha Pombo, cuja primeira edição é de 1917, e *Coração da Pátria* de Affonso Duarte de Barros, de 1919, entre outros.

Nos livros de história do Brasil a narrativa histórica foi feita sob a perspectiva da União, ou seja, uma única pátria, uma única história: ‘o descobrimento’, as capitanias (do Brasil), os governos gerais, a Inconfidência Mineira (considerada o início do movimento nativista/ nacionalista), a Corte no Brasil, a Independência, o período regencial, o segundo reinado, a Guerra do Paraguai. As narrativas locais, provinciais ou regionais foram sendo suprimidas em favor do endossamento ao relato histórico da província do Rio de Janeiro e, mais tarde, também de São Paulo, considerados comuns para todo o país. Acontecimentos regionais específicos que permaneceram sendo contados foram inseridos na História do Brasil. Assim, por exemplo, as revoltas no período regencial, quando incorporadas à história do Império brasileiro, focaram na ação do governo central que, ‘energicamente’, precisou enfrentar e dar fim às rebeliões, mantendo a união do Estado.

Nesse processo, a escrita da História do Brasil e a guarda de documentos para a constituição da memória nacional foram colocadas sob a égide do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Maximiano Lopes Machado escreveu sobre isso em sua *História da Província da Paraíba*, em 1912, mostrando indignação quanto ao recolhimento de documentos provinciais ao centro do país e a escrita de uma história vinda da corte:

Infelizmente o governo geral, no regimem monarchico, entendeu abafar o sentimento de amor das nossas tradições e feitos patrióticos, fazendo recolher ao archivo público do Rio de Janeiro tudo quanto pelas secretarias das Províncias e Casas de Misericórdia podesse servir ao estudo da história particular e completar o que faltava referir. [...] ficamos estacionários, a espera que nos mandassem da côrte uma *História* completa do Brazil, e a *História Geral* foi a de Varnhagen, na qual declina para os historiadores parciais o exame dos fatos relativos à cada uma das partes do todo! (Machado, 1977, p. 13).

Livros de História do Brasil como o de Varnhagen⁶ não foram escritos para o uso nas escolas, mas serviram de base para outros autores escreverem ou adaptarem seu conteúdo para o ensino. Essas lições foram aos poucos, durante o período imperial, sendo consolidadas nos currículos e manuais escolares de História do Brasil. Da mesma forma, as noções de centralização, união,

⁶ Segundo Ariclê Vechia, “defendia um Estado nacional forte em detrimento das identidades regionais” (2008, p. 114). Para Gasparello, “sua obra foi concebida como contribuição ao processo de formação da nação brasileira, tornando-se por isso mesmo, referência obrigatória e servindo de modelo para os autores didáticos da segunda metade do século XIX” (2015, p.45). Segundo Ariclê Vechia, “defendia um Estado nacional forte em detrimento das identidades regionais” (2008, p.114)

patriotismo, nacionalismo tornaram-se operacionais para a escrita da história brasileira e constantes nos textos escolares. Formaram-se os binômios centralização/ descentralização e união/ federação, em antítese de seus termos, permanecendo como categoria de análise na historiografia brasileira, mesmo no período republicano.

O que fica claro na historiografia brasileira imperial, mesmo em autores que escreveram obras regionais, foi a narrativa sob a perspectiva da Monarquia. Nos livros escolares contava-se a história da Nação brasileira, única e sob o viés do governo central. Em 1918 José Francisco Rocha Pombo publicava, em suas páginas de História do Brasil para o curso fundamental:

As capitâneas que mais prosperaram foram as de Pernambuco, de São Vicente e a da Bahia. O que se fez nestas é suficiente para demonstrar como o regime, se desde princípio fosse integrado por uma autoridade central comum, que representasse diretamente o rei, teria sido muito mais profícuo (Pombo, 1940, p.76).

Com estas palavras o paranaense Rocha Pombo tornava explícita a defesa que fazia em prol do território brasileiro unificado e centralizado em um governo geral monárquico. Em relação aos acontecimentos separatistas de 1817, escrevia que “pode considerar-se como sintoma de tendências e aspirações que andavam latentes no âmbito geral da colônia” (1940, p. 399). Intitulava o movimento como ‘a revolução de 1817’ e seus participantes como conjurados. Afirmava que após a abdicação de D. Pedro I “levavam outros o seu radicalismo até reclamar a federação das províncias” (1940, p. 469). A partir do período regencial Rocha Pombo apresentou duas correntes políticas divergentes, com os ‘radicais’ que queriam a federação e a república, e os moderados, que defendiam a monarquia (1940, p. 469). Aparecem diluídas no texto sobre os regentes as ‘sedições e levantes’ no país, enquanto ‘A Revolução dos Farrapos’ recebe parte própria no livro, com a narrativa da proclamação da independência da província, o estabelecimento da República Rio-Grandense, as derrotas da guerra e a paz em Poncho-Verde (1940, p. 502-507).

Já para o historiador Nelson Werneck Sodré, “o grande erro da política imperial foi confundir centralização com unidade” (1939, p. 279). Afirmava ele que para aqueles que defendiam a centralização para a manutenção da unidade nacional

[...] descentralizar correspondia a seccional (sic) [seccionar]. Nunca pôde o regime, pelos seus mais distinguidos representantes, conformar-se com a federação. Bateram-se contra ella todos os que se apegaram ao Império, na força de suas instituições. A federação representava, segundo o modo de ver de quase todos, o morbus da rebeldia, do inconformismo, da separação. Ora, o segundo império se fizera paladino da unidade, ele se debatera por ella, fundira-a num cadinho prodigioso, solidificara os laços que prendiam as províncias entre si e todas ao centro (Sodré, 1939, p. 279).

Além de advogar a favor ou contra a descentralização, restava o problema de como tratar os acontecimentos provinciais e, principalmente, de como apresentar os movimentos separatistas

na escrita e no ensino da história do Brasil. Em relação a abordagem dos episódios provinciais, Silva e Silva explicam que uma forma encontrada no discurso que afirma a existência da unidade nacional foi a de escamotear as diferenças regionais. Outra maneira apontada pelos autores citados foi a homogeneização dos eventos, “da mesma forma, atualmente aspectos culturais específicos de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo são generalizados como cultura nacional e impostos como identidade a todo o território brasileiro” (Silva & Silva, 2005, p. 310). Assim, a Independência, por exemplo, teria ocorrido de um único modo para todo o país.

Em referência aos movimentos separatistas, o costume recorrente foi o de associar a federação e a descentralização com a desagregação do território brasileiro, tornando necessária a intervenção do governo central, às vezes em ações heroicas, para manter a Pátria. Disso compreende-se a frase no manual escolar *Primeiras Lições de História do Brasil*: “Em quasi todas as províncias deram-se distúrbios que, às vezes, puzeram em grave risco a unidade nacional” (FTD, 1928, p. 66). Igualmente, entende-se a escolha de Duque de Caxias – ‘o pacificador’ – como herói nacional, em detrimento de outros líderes dos movimentos rebeldes. Acerca da Inconfidência Mineira, esse mesmo manual ensina que “vários patriotas mineiros resolveram organizar uma conspiração com o fim de proclamar a República de Minas, cuja capital fosse São João d’El Rei” (FTD, 1928, p.49), considerando essas ideias como revolucionárias, e chamando os ‘vários patriotas’ de conjurados⁷.

Para Joaquim Maria de Lacerda, em *Pequena História do Brazil* – cuja 2ª edição é de 1880 –, a *Conspiração de Tiradentes* proclamou “a independência daquela capitania” (1929, p. 76), também considerando conjurados os que participaram do movimento. A Confederação do Equador, classificada como a Revolução de Pernambuco, com a participação da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, foi relacionada ao “exemplo dos Estados Unidos e das colônias hespanholas que se havião declarado independentes” (1929, p. 87).

No livro didático *Episódios da Nossa História* (1922[?]) publicado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, sem autor, os acontecimentos de 1789 foram uma “conspiração para libertar a pátria do jugo portuguez” (1922, p. 52) e a Revolução de 1817 foi colocada como uma reação nativista, uma rivalidade entre lusos e brasileiros. Já as aspirações liberais da Guerra dos Farrapos e da Revolução Praieira foram avaliadas como radicais:

Dentre os movimentos revolucionários que agitaram os tempos da regência e os do segundo reinado, dois, a guerra dos farrapos e a revolução praieira, se destacaram pela importância que assumiram, chegando o primeiro a pôr em perigo a unidade do império, e pelo carácter acentuadamente radical de que se revestiram (1922, p. 87).

⁷ Explicação do autor do manual: conspiração – “combinação secreta contra os poderes públicos”; conjurados – “homens ligados uns aos outros por juramento ordinariamente secreto e com intentos subversivos” (p.49-50)

Em geral, os eventos separatistas foram tratados nos manuais escolares de História do Brasil como rebelião, justificando-se a ação do governo central em sufocar tais movimentos em prol da unidade nacional, consagrando essas ideias durante o século XX. Como exemplo, podemos perceber no dicionário histórico de Antonio Carlos do Amaral Azevedo, publicado em 1999, ao explicar estes acontecimentos:

1817 - Revolução Pernambucana - insurreição de caráter liberal, irrompida no estado de Pernambuco [...] embora não proclamasse a república, aboliu alguns impostos e adotou uma nova bandeira [PB e RN aderiram]. A repressão, preparada no Rio de Janeiro e na Bahia, não demorou a alcançar êxito e a rebelião foi esmagada, com alguns dos seus líderes executados, e os demais presos (p.399).

1824 - Confederação do Equador - movimento separatista ocorrido em 1824 na província de Pernambuco. Adotou o regime republicano e houve repressão com prisão e execução de participantes, com exceção de alguns que fugiram para o exterior (p.115).

1835-1845 - Revolução Farroupilha - nome dado aos republicanos do Rio Grande do Sul que participaram de um movimento armado de caráter separatista, verificado naquele estado e em Santa Catarina no período regencial. As origens desse movimento vinculam-se à rebeldia manifestada pelos rio-grandenses contra a centralização política e administrativa emanada do Rio de Janeiro (p.194).

1837 – Sabinada - termo pelo qual é designada a rebelião que eclodiu na Bahia, em novembro de 1837, exprimindo ideias federalistas de maior autonomia para as províncias e contrárias à centralização posta em prática pelo governo do regente Pedro de Araújo Lima. Proclamaram a independência do Estado, constituindo, de imediato, a República Bahiense (p.405).

1848 - Revolução Praieira - nome dado à revolta que irrompeu em Pernambuco no período 1848/1849, impulsionada por aspirações liberais e federalistas contra o poder central e que ameaçou a unidade política do império brasileiro (p.400).

Nas palavras de Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e Bruno Augusto Dornelas Câmara, “a repressão aos praieiros marcou assim o processo de consolidação do Império. Foi a vitória definitiva do projeto centralizador levado a cabo pelos saquaremas” (2008, p. 38). No período imperial os movimentos sociais que levantaram a bandeira da república e da federação foram tratados na historiografia brasileira como rebeliões, revoltas, separatistas, conjurados. Não se deixou espaço para se contar a história a partir da perspectiva dos insurgentes, ou seja, não se queria histórias que reforçassem ideias separatistas associadas à federação.

4 AS PROVÍNCIAS E OS LIVROS ESCOLARES REGIONAIS

Podemos traçar, desde muito cedo, a escrita regional nas descrições de viajantes sobre regiões e localidades por onde passaram, na produção de missões científicas sobre partes

geográficas estudadas, nos relatos oficiais, em registros feitos por autoridades governamentais de uma divisão administrativa que governaram, em acontecimentos marcados em crônicas ou em memoriais de lugares vividos destinados à prestação de contas ou à posteridade. Muitos desses escritos publicados identificados a um local específico tornaram-se as primeiras histórias⁸ desses lugares, ou seja, histórias regionais.

As mais antigas que temos notícias, apontadas por Hallewell (2005, p. 177), são os *Annaes históricos do Estado do Maranhão (até 1718)* de Bernado Pereira Berredo, publicada originalmente em 1749 em Lisboa e, em segunda edição, em 1849, pela Typographia Maranhense. Para Iglesias (2000, p. 35), por outro lado, esse lugar seria ocupado pela obra *História da capitania de São Vicente*, de 1772, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, seguida de *Memórias para a Capitania de São Vicente*, de Fr. Gaspar da Madre de Deus, e *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, de José Joaquim da Rocha, essas duas publicadas em 1797.

Já no século XIX, encontramos a obra *Memorias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, publicada no Rio de Janeiro entre 1820 e 1822 (Abreu, 2007, p. 132). Observa-se que não se dirige ao Estado do Brasil como um todo, mas direciona-se a partes específicas, o Rio de Janeiro e suas províncias anexas. Outro exemplo de escrita regional pode ser encontrado com José Feliciano Fernandes Pinheiro, presidente da província gaúcha em 1824, que ao escrever uma obra destinada à preservação de memória, como afirmava, elaborou a considerada primeira História do Rio Grande do Sul, os *Annaes da Provincia de São Pedro*:

[...] occurrencias posteriores, perseverantes investigações me fôrão deparando abundantes memorias, e com tal copia de cabedais como resistir ao zelo de resgatar do esquecimento actos, que tendem a enriquecer a história? (Pinheiro, 1839, p. IX).

A citação é da segunda edição em 1839, porém a primeira edição foi publicada vinte anos antes, em dois volumes, o primeiro em 1819, no Rio de Janeiro pela Impressão Régia, e o segundo em 1822, em Lisboa pela Imprensa Nacional (Kunh, 2024)⁹.

Outro livro regional importante que assinalamos é *Introdução da Corografia Brasílica, e a parte que trata da Bahia. E mandada imprimir para Instrucção da Mocidade Bahiense por um Professor da mesma*, impresso em Salvador em 1826. Pablo Iglesias Magalhães e Alex Andrade Costa (2019, p. 19), que nos informam sobre o manual, consideram este o primeiro livro *didático*

⁸ Para Iglesias, certo número desses livros “são mais crônicas históricas que história, mais fontes que obras elaboradas” (Iglesias, 2000, p. 23). No mesmo sentido Vechia escreve: “[...] podem ser consideradas antes ricas fontes para a pesquisa do que propriamente trabalhos de cunho historiográfico” (Vechia, 2008, p. 108).

⁹ Fábio Kühn (2024) expõe que “a obra de Fernandes Pinheiro é considerada como a primeira história do Rio Grande do Sul, não obstante a anterioridade do trabalho de Domingos José Marques Fernandes (1804)”. A obra de Domingues Fernandes *Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro*, seria um exemplo de escrita regional não considerada como história pela historiografia gaúcha.

de história impresso no Brasil. Mas o mais interessante a anotar é a forma como a obra foi feita: o professor Ignácio José Aprigio da Fonseca Galvão, que editou o livro escolar, fez uma adaptação didática, com alguns ajustes e adições, da *Chorografia Brasílica* de Manuel Ayres do Casal, impresso em dois volumes no Rio de Janeiro em 1817. É importante destacar o fato de que o livro “contém somente o capítulo de Bahia” (Magalhães & Costa, 2019, p. 20), o que o tornaria uma obra regional. No caso, seria o primeiro livro *didático regional* de História, no Brasil.

Buscamos identificar livros escolares regionais produzidos no Brasil. Destacamos no Quadro nº1 as obras regionais que foram publicadas¹⁰ no século XIX. Foram livros que serviram de base para o ensino de História e de Geografia de uma província, ou de um município, adotadas ou adaptadas:

Quadro nº 1 –Obras Regionais de História e Geografia publicadas no século XIX

AUTOR	OBRA	ANO	FONTE OU ACERVO
Domingos José Marques Fernandes	Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro	1804	F. Kühn
Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos	Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais	1806	Francisco Iglésias
José Feliciano Fernandes Pinheiro	Annaes da Província de S. Pedro	1819-1820 (1ª ed.) 1839 (2ª ed.) Recomendado para escola em 1859	F. Kühn E.Tambara (2002) IHG-RS (acervo digital)
José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo	Memorias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil”	1820-1822 (nove tomos)	Abreu F. Iglésias
Ignácio José Aprigio da Fonseca Galvão (editor)	Introdução da Corografia Brasílica, e a parte que trata da Bahia. E mandada imprimir para Instrução da Mocidade Bahiense por um Professor da mesma	1826	Magalhães & Costa
Domingos José Antonio Rebello	Corografia ou abreviada história geográfica do império do Brasil, especialmente da província e cidade de Salvador, Bahia de todos os santos, coordenada e dedicada à casa pia e colégio dos órfãos de S. Joaquim desta cidade para uso de seus alunos	1829	E. Tambara / M. Morais
Paulo José Miguel de Brito	Memória Política sobre a capitania de Santa Catarina	1829	F. Iglésias
Ignácio Accioli de Cerqueira Silva	1. Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará 2. Memórias históricas e políticas da Bahia	1833 1835-42 (52?) 6 volumes	E. Tambara / M. Morais F. Iglésias

¹⁰ Localizadas na pesquisa realizada pelos autores deste texto. Não significa que exaurimos a busca.

AUTOR	OBRA	ANO	FONTE OU ACERVO
Balthazar da Silva Lisboa	Anais do Rio de Janeiro contendo a descoberta e a conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el rei D. João VI	1834-35 (7 volumes)	E. Tambara / M. Morais F. Iglésias
Antonio Ladislau Monteiro Baena	1.Compêndio das eras da Província do Pará 2.Ensaio Coreográfico sobre a Província do Pará (livro escolar)	1838 1839	F. Iglésias Hallewell
Francisco Muniz Tavares	História da Revolução Pernambucana de 1817	1840	F. Iglésias
J. B. Fernandes Gama	Memórias históricas para a província de Pernambuco	1844-47 4 tomos	F. Iglésias
Bernado Pereira de Berredo	Annaes Históricos do Estado do Maranhão	1849 (2ª ed.)	Hallowell
Salvador Henrique de Albuquerque (paraibano)	1.Bosquejo Histórico da Parahyba do Norte (Periódico literário Alla) 2.Compêndio de chorografia universal, especial do Brasil e da província de Pernambuco	1850 1880 (2ª ed.)	Dicionário de Autores E. Tambara / M. Morais Dicionário de Autores
Antonio Vieira dos Santos	Memória Histórica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da cidade de Paranaguá	1850	FUNESC/ BPJGB
Cândido Mendes de Almeida	Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão	1860- 74 2 volumes	F. Iglésias
José Joaquim Machado de Oliveira	1.Geografia da província de S. Paulo adaptada à lição das escolas oferecidas à assembleia Legislativa Provincial 2.Quadro histórico da província de S. Paulo	1862 1864	E. Tambara / M. Morais
Luis Antônio Vieira da Silva	História da Independência do Maranhão (1822-1828) (ignora-se se foi utilizada nas escolas)	1862	Hallewell
Eudoro Brasileiro Berlinck	Compêndio de geografia da província do Rio Grande do Sul	1863 e 1872	E. Tambara / M. Morais
João Francisco Lisboa	Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão	1864	F. Iglésias ¹¹
Cezar Augusto Marques	1.Apontamentos para o Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão 2.Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão 3.Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo	1864 (1ª ed.) 1870 (2ª ed.) 1878	Hallewell Hallowell E. Tambara / M. Morais Hallewell

¹¹ Para Iglesias este livro é “um dos melhores textos de história regional” (2000, p.98).

AUTOR	OBRA	ANO	FONTE OU ACERVO
Domingues Antonio Raiol	Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835	1865-1890 5 volumes	F. Iglésias
Domingos de Araújo e Silva	Dicionário histórico e geográfico da província de São Pedro do Sul	1865	E. Tambara / M. Morais
Joaquim Felício dos Santos	Memória do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio	1868	F. Iglésias
Vasco Araujo E Silva	Geografia do Rio Grande do Sul para o ensino primário	1869	E. Tambara (2002)
P. Theberge	Esboço histórico sobre a província do Ceará	1870-1875	E. Tambara / M. Morais
Luiz de França Almeida e Sá	Compêndio de geografia da província do Paraná, adaptado ao ensino da mocidade brasileira e acompanhado de 130 notas instrutivas	1871	E. Tambara / M. Morais
Joaquim Norberto de Souza e Silva	História da Conjuração Mineira	1873	F. Iglésias
Manuel Pereira de Moraes Pinheiro	1.Elementos de geografia universal, geral do Brasil e especial de Pernambuco, para a infância escolar da província de Pernambuco [...]	1875	E. Tambara / M. Morais
	2.Compêndio de geografia da província de Pernambuco	1877	
Antonio José da Silva Travassos	Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe	1875	E. Tambara / M. Morais
Misael Ferreira Penna	História da província do Espírito Santo	1878	E. Tambara / M. Morais
José Joaquim da Silva	Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais	1878	E. Tambara / M. Morais
Tristão de Alencar Araripe	Guerra Civil no Rio Grande do Sul	1881	Biblioteca Brasileira Mindlin (acervo digital)
Hilário (de Andrade e Silva) Ribeiro	Geografia da Província de são Pedro do Rio Grande do Sul	1881 1883 (3ª ed.)	E. Tambara / M. Morais Dicionário de Autores
Raymundo Cyriaco Alves da Cunha	1.Pequena geografia da província do Pará	1887	E. Tambara / M. Morais
	2.Geografia especial do Pará	1889(?)	
	3.Corografia da província do Pará	1887	
João Brígido dos Santos	Resumo cronológico para a história do Ceará	1887	E. Tambara / M. Morais
João Gonçalves Dias Sobreira	Geografia especial do Ceará aprovada pelo conselho superior da instrução pública para servir de compêndio nas escolas primárias e secundárias da província	1888	E. Tambara / M. Morais

AUTOR	OBRA	ANO	FONTE OU ACERVO
Sebastião Paraná	1. Esboço geográfico do Paraná	1889	E. Tambara / M. Morais
	2. Corografia do Paraná	1899	
	3. O Brasil e o Paraná para uso das escolas primárias	-	
Ireneo Joffily	Notas sobre a Parahyba (ignora-se se foi utilizada nas escolas) (Fac-símile)	1892	FUNESC/ Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista - PB
		1977 (Ed. UFPB)	
Thomaz Pompeu de Souza Brasil	Lições de geografia do Ceará	1894	E. Tambara / M. Morais
Tancredo do Amaral	A História de S. Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis	1895	LEMAD/USP AHLE - Biblioteca Monteiro Lobato
Luiz Carlos da Silva Lisboa	Chorographia do Estado de Sergipe	1897	V. Santos
João Candido Maia	História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico	1898	E. Tambara / M. Morais
Henrique Augusto Eduardo Martins	Geografia do Estado do Rio Grande do Sul	1898	E. Tambara / M. Morais
Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho	Rudimentos de Geografia Geral seguido da Corografia do estado do Rio de Janeiro	1898	Dicionário de Autores
Laudelino de Oliveira Freire	Quadro Chorographico de Sergipe	1898	V. Santos Hallewell
Coelho Neto & Olavo Bilac	A terra fluminense	1898	Dicionário de Autores
Ferreira Rosa	Excursões escolares, ou, narrativas infantis histórico-topographicas da cidade do Rio de Janeiro	1898	Biblioteca Mário de Andrade - SP

Fontes: Dicionário de Autor(es) de Cartilhas e Livros de leitura no Brasil (século XIX), (Valdez, 2023); Iglesias (2000); Tambara (2002); Listagem elaborada por Maday Morais (2016, p. 113 e segs.) a partir dos estudos de Elomar Tambara (2003); Hallewell (2005); Abreu (2007); Santos (2017); Magalhães & Costa (2019); Fábio Kühn (2024); Acervo da FUNESC/ Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista - PB; Biblioteca Mário de Andrade - SP; IHG-RS (acervo digital); Biblioteca Brasileira Mindlin (acervo digital).

Os autores de algumas dessas obras conseguiram encontrar uma brecha para escrever sobre sua província ao elaborar um livro sobre a História do Brasil, acrescentando 'e da província', como em *O Brasil e o Paraná para uso das escolas primárias*, de Sebastião Paraná, ou como Laudelino de Oliveira Freire em *Rudimentos de Geografia Geral seguida da Corografia do Estado do Rio de Janeiro*. As produções apresentadas no quadro anterior são consideradas regionais, pois narram a história a partir de um recorte espacial dentro da União: um município, uma cidade, uma província ou um conjunto de províncias.

Não obstante, apesar de terem sido produzidas histórias regionais durante o século XIX, como demonstra o Quadro nº1, as narrativas históricas sobre cidades, municípios e províncias foram esparsamente escritas no Brasil. Não podemos esquecer que, com o predomínio das forças centralizadoras e com o processo da construção da nacionalidade brasileira desde a Independência, a produção de impressos para o ensino direciona-se para a elaboração de livros escolares para a formação do bom cristão e súdito do Império e da Nação brasileira. O que importava na elaboração de livros escolares de história era a História do Brasil. Sobre isso, Hallewell conclui que "é provável que a mais importante contribuição das províncias nos primeiros anos

tenha sido a produção ocasional de livros escolares para os quais ainda não existia um mercado nacional” (2005, p. 193).

Entretanto, quanto a tais produções, é preciso salientar também que foi “a partir da década de 80 que se tornam mais frequentes e na década de 90, em muitas províncias, se tornaram hegemônicas” (Tambara, 2002, p. 30). Dessa forma, as províncias abriram espaço na historiografia brasileira para ‘cantar o seu rincão’, narrar a história de sua terra, seus acontecimentos, seus heróis, suas diferenças, afirmar a identidade de sua região, na contramão do que defendiam Varnhagen e seguidores.

Nesse sentido, a República instaurada com o formato federativo abria as portas para o livro escolar regional. Escrever sobre a história da província, alçada então a um estado da federação, invertia o caminho da construção da narrativa histórica predominante no Império: se antes as peculiaridades regionais deveriam acomodar-se na história da Nação em voz uníssona, a partir daquele momento as especificidades locais é que comporiam a multifacetada cultura nacional, marcando a afirmação e a identidade estadual. Corroborando esse cenário, as novas tendências pedagógicas que paulatinamente se introduziam no país na segunda metade do século XIX pleiteavam a educação pelos sentidos, o ensino do concreto para o abstrato – *primeiro as coisas, depois a palavra* – favorecendo o estudo do local.

Os objetos deveriam ser olhados através dos armários com vidros ou pelas mãos dos mestres. As Escolas Normais que preparavam os futuros professores e utilizavam o método intuitivo, no final do dezenove, deveriam ter como preocupação a organização de museus escolares que pudessem dar a conhecer a natureza. Não se aprende mais, somente pela palavra e sim, pela observação direta dos fenômenos naturais (Cury, 2005, p. 2).

Em relação à História, essa concepção pedagógica possibilitou o surgimento da *História Local*, em que se parte da realidade do aluno para o entendimento do processo histórico. Como um exemplo, aparece o manual *Excursões Escolares ou Narrativas Infantis Histórico-topográficas do Rio de Janeiro*, de Ferreira Rosa, publicado em 1898, onde há a proposta de tratar a matéria a partir de excursões: “A turma ao ‘visitar’ a capital do Brasil, passava a conhecer muitos acontecimentos da História do Brasil que ocorreram em lugares do Rio de Janeiro, como por exemplo, a abolição da escravidão e a Proclamação da República” (Stamatto, 2019, p. 34).

Assim, na proposta de Rosa percebe-se a abordagem do ensino de história partindo do concreto, o município – a realidade mais próxima do aluno – para o abstrato, para uma história mais abrangente, longínqua, a do país. Nota-se a aprendizagem a partir da observação direta do entorno e da ação do aluno, através das excursões, ideias centrais à *Escola Nova*. Destarte, na confluência do escolanovismo – ainda incipiente no país – e na força federativa republicana os livros regionais ganham espaço na escola brasileira confirmando, por sua vez, a identidade do novo recorte territorial – os estados federativos – e afirmando a nova escola no país.

5 LIVROS QUE ENSINAM A PARAÍBA

As obras regionais, esparsas e pontuais, nem sempre foram destinadas ao uso nas escolas, todavia na ausência de compêndios de história ou de geografia regionais foram usadas para o ensino, principalmente no secundário. Conseqüentemente, livros historiográficos foram adaptados e adotados nas escolas na função de livro didático, a exemplo dos já citados Aires de Casal e Varnhagen. Para a província da Paraíba, no século XIX, encontramos três obras já referidas sobre sua história que se encaixariam nessa situação: a de Salvador Henrique de Albuquerque, de 1850, a de Irineo Joffily, publicada em 1892, e a de Maximiano Lopes Machado, elaborada em 1886 e publicada em 1912.

A obra *Bosquejo Histórico da Parahyba do Norte*, de Albuquerque não foi considerada como a primeira História da Paraíba, apesar de que ter sido “dada à estampa”¹² em 1850, antes das demais citadas. Talvez porque tenha sido publicada no periódico literário *Alla*, e não em formato de livro. Não se tem notícias de que tenha sido utilizada nas escolas. A de Maximiano Machado, escrita em 1886, é considerada a primeira História da Paraíba pela historiografia paraibana, porém como só foi publicada em 1912, não foi utilizada nas escolas do Império. O historiador José Octávio, no prólogo da edição facsimilar de 1977, explica que o autor da *História da Província da Paraíba* encontrou dificuldades para publicá-la por defender o federalismo, o que era contrário à posição centralizadora da Monarquia:

Maximiano prepara-se longamente, como explicou no prólogo de sua “História da Província da Paraíba”, para ser o primeiro historiador paraibano – condição que não lhe recusamos – mas como na sua obra viu-se editorialmente embargada pela intransigência reacionária do centralismo da época, Irineu Joffily passou-lhe à frente com as “Notas sobre Paraíba” singular monumento da geohistória paraibana (Octávio, 1977, p. 21).

Quanto a *Notas sobre a Parahyba*, de Irineu Joffily, publicado já na República, no ano de 1892, não se tem informação de que tenha sido usado no ensino primário ou secundário nos últimos anos do século XIX.

Um fator importante para que estes livros fossem adotados no ensino, tanto no primário como no secundário, seria a prescrição da História da Província nos currículos estabelecidos nas províncias. Ora, a História do Brasil foi indicada como matéria de ensino somente com a reforma do ministro Couto Ferraz em 1854. Já a História da Província ficou a cargo de cada uma determiná-la no conteúdo dos programas, o que aconteceu em datas diferentes para cada província ou estado. Na Paraíba, a Resolução nº 288, de 11 de novembro de 1885, “traz a indicação da disciplina História direcionada para a História da Paraíba: (disciplinas para o Liceu) 6ª – Geografia Geral,

¹² “Dar à estampa”: imprimir, publicar (Aulete, 1881, p. 669).

Corografia do Brasil e especialmente da Paraíba; 7ª - História Geral e História do Brasil e especialmente da Paraíba” (Morais, 2016, p. 36).

No entanto, na tabela que Maday Moraes apresenta (2016, p. 106, apêndice 1), com a disciplina História em seus respectivos anos, nome dos professores (titulares e substitutos) e número de alunos não há nada registrado para o ano de 1885, nem o nome da disciplina, nem de professor, nem de alunos e nenhuma referência na tabela à “história especialmente da Paraíba”, o que nos leva a concluir que a indicação da resolução referida acima não aconteceu na prática escolar durante o Império.

Com certeza a história da Paraíba foi introduzida no currículo escolar no governo de João Pereira Castro Pinto, conforme agradecimento feito por Manuel Tavares Cavalcanti, autor da obra *Epítome de História da Parahyba para uso das escolas primárias*: “Se esta synthese for proveitosa á juventude parahybana, os parcos louros que o Autor colher, serão irmãmente repartidos com o Dr. João Pereira de Castro Pinto que teve a brilhante e fecunda iniciativa do ensino da história do Estado nas escolas primárias [...]” (1914, prefácio).

Durante o século XIX, no Brasil, estes livros regionais foram raros, todavia a partir da República e da fundação do IHGP em 1905 surgiram outros livros da história paraibana, inclusive alguns intencionalmente escritos para o uso escolar (Quadro nº 2):

Quadro nº 2 - Livros de História da Paraíba nas três primeiras décadas do século XX

AUTOR	OBRA	ANO	FONTE OU ACERVO
Irineu Ferreira Pinto	Datas e notas para a História da Paraíba	1908	IFPB/ UFPB
	(edição facsimilar)	1977	
Celso Mariz	Através do Sertão	1910	Ibero-American Library/Catholic University of America
	Apanhados históricos da Paraíba	1922 1980	
João de Lyra Tavares	Apontamentos para a História Territorial da Parahyba	1911	Fundação Casa José Américo /PB
	(edição facsimilar)	1989	
Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan	Corographia da Paraíba	1911	Lemad-DH/USP José Baptista de Melo
Maximiano Lopes Machado	História da Província da Paraíba	1912	Fundação Casa José Américo /PB
	(edição facsimilar)	1977	

AUTOR	OBRA	ANO	FONTE OU ACERVO
Manuel Tavares Cavalcanti	Epítome de História da Parahiba para uso das escolas primárias	1914	Lemad-DH/USP
João Rodrigues Coriolano de Medeiros	Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba (cronologia, história e geografia)	1914	
	Reimpressão Fac-similar da ed. de 1950	2016	IFPB
José Américo (de Almeida)	A Paraíba e seus problemas	1923	Fundação Casa José Américo /PB UFPB
		2024	Livraria do Senado

Fonte: Acervo da Fundação Casa José Américo /PB; Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba (acervo digital); Biblioteca do Instituto Federal da Paraíba (acervo digital); *Ibero-American Library-Catholic University of America* (acervo digital); Lemad-DH/USP (acervo digital); Livraria do Senado (acervo digital); Melo (1996).

Vários desses livros elencados no quadro acima são historiográficos. De acordo com Margarida Dias, nas primeiras décadas republicanas o IHGB incentivou a produção historiográfica no Brasil com a constituição de Institutos Históricos locais: “a ideia, defendida pelo IHGB é que os Institutos Históricos localizados fariam a História da Província onde estivesse situado e a remeteria para o Brasileiro. Assim, com a soma das partes, seria feita a história nacional” (Dias, 1996, p. 2). Já para João Paulo Costa Rolim Pereira a elaboração de obras sobre a história da Paraíba “não seria uma história de subsídios, mas de afirmação regional, refletindo aí as tensões políticas entre os poderes locais e centrais iniciados ainda no Império e acentuados na República” (Pereira, 2012, p. 13).

O interessante nessas posições é que se refletem igualmente na historiografia gaúcha, indicando que o processo de escrita da história das províncias foi permeado de divergências entre a união territorial e a descentralização. A historiadora Ieda Gutfreind afirma que a historiografia sul-rio-grandense, em fins do século XIX e início do XX, reparte-se em duas matrizes: a *Matriz Lusitana*, mais antiga, que minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área Platina, colocando-o articulado ao restante do Brasil; e a *Matriz Platina*, que enfatiza aproximação ou influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e passa a valorizar as relações que o Rio Grande do Sul teve com o Prata, acentuando suas especificidades (Gutfreind, 1992, p. 9 e segs.).

Na historiografia da Paraíba esses posicionamentos seriam perceptíveis com o IHGP, que “iria formular uma história na qual demonstrasse a importância da Paraíba, tal como as outras unidades da federação, valorizando as ações que contribuíram para a formação do Brasil” (Pereira, 2012, p.13); mas também

[...] não faltaram os que, sem bairrismo ou ufanismo delirantes, procuraram reproduzir a caminhada, *de dentro para fora*, isto é, partindo de nossa realidade para, perquirindo documentos, comprovando estatísticas, levantando problemas e projetando conclusões, estabelecer nossa personalidade, o perfil criador de uma comunidade que se faz singular no quadro da federação brasileira” (Octávio, 1977, p. 7). (Grifos do autor)

Essas tensões historiográficas aparecem nos livros escolares. Se houve autores que procuraram escrever a história *a partir da nossa realidade, de dentro para fora*, como a obra de Maximiano (1912), outros preferiram colocar a história da província na história do Brasil. Como exemplo, veja-se o livro de Eudésia Vieira, professora pública da 11ª cadeira mista da capital, diplomada pela Escola Normal da Paraíba do Norte, *Pontos de História do Brasil*, cuja primeira edição é de 1921. A autora teve aprovada e recomendada a adoção do seu livro porque o Diretor Geral da Instrução Pública considerou haver “conveniência da história da Pátria nas escolas primárias do estado, da adoção de um livro que relacione os fatos da história nacional com os da história local [...]” (Vieira, 1956, p. 3).

O livro é constituído por pontos – um texto corrido, às vezes intercalado por figuras (desenhos em preto e branco), seguido por um questionário com várias perguntas sem numeração. Os pontos abordam temas da história do Brasil e da Paraíba, além de algumas outras províncias, mesclados, mas em ordem cronológica: I – Descobrimento da América; II – Descobrimento do Brasil; III – (IV e V) Selvícolas do Brasil; VI – Primeiras Explorações - Capitânicas; VII – Conquista da Paraíba; VIII – Fundação da Cidade da Paraíba; IX – Invasões holandesas; X – Revoluções Maranhense de 1684; XI – Bandeirantes na Paraíba; XII – Os Palmares; XIII – Guerra dos Emboabas; XVI – Guerra dos Mascates; XV – Conspiração Mineira; XVI – Transmigração da Família Real para o Brasil; XVII – Revolução de 1817; XVIII – 1820; XIX – Independência do Brasil; XX – Primeiro Império, sete de abril; XXI – Revolução de 1821; XXII – Período das Regências, Segundo Império; XXIII – Guerra dos Farrapos; XXIV – Revolução de 1848; XXV – Guerra do Paraguai; XXVI – Abolição da Escravatura; XXVII – República; XXVIII – Revolução de 1930; XXIX – Presidentes da República; Feriados Nacionais; Feriados do Estado da Paraíba; XXX – A Bandeira Brasileira.

Percebe-se claramente a inserção de conteúdos da História da Paraíba nos pontos tradicionais da História do Brasil por essa relação de temas, porém é significativa nessa obra o tratamento feito sobre os acontecimentos de 1817, que são minuciosamente relatados, sendo que os participantes não são considerados revoltosos, mas revolucionários e republicanos. Muitos paraibanos são contemplados na narrativa como heróis: “Nesta revolução, salientaram-se na Paraíba, além de Peregrino, padre Antonio Pereira de Albuquerque, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco Xavier Monteiro de Franca, Francisco José da Silveira, Amaro Gomes, padre José Ferreira da Nóbrega e outros” (Vieira, 1956, p. 94).

Mesmo em livros para o ensino de leitura, como o compêndio *Escola Pittoresca*, de Carlos Dias Fernandes, publicado em 1918 com o propósito de exaltar a pátria, começam a aparecer heróis paraibanos, como Vidal de Negreiros, na narrativa sobre a Guerra Holandesa, “conjugados pelo mesmo ideal cívico para a defesa e reconquista do Brasil” (Dias, 1918, p. 82). Fernandes busca mostrar a contribuição dos paraibanos na história do Brasil e, além disso em sua obra se expõe também o Hino à Paraíba, o Hino do Centenário de 1817 e um hino a Pernambuco, entre

outros assuntos como a Terra e a Pátria, a Constituição, o Serviço das armas, a República e a Bandeira Nacional, articulando-se pontos sobre Pátria com a participação paraibana.

E em outro livro, dessa vez para o ensino de história, *Epítome de História da Paraíba para uso das escolas primárias*, ao tratar dos acontecimentos de 1817, Manuel Tavares Cavalcanti em escreve: “A Paraíba rende hoje um culto aos seus valentes e devotados filhos que foram apóstolos e mártires da independência e da república” (Cavalcanti, 1914, p. 81). Sobre 1824, a obra trata os participantes como revolucionários e republicanos, assinalando que o chefe paraibano Félix Antonio foi “traçoeiramente assassinado” (Cavalcanti, 1914, p. 89). Assim, ao narrar sob a perspectiva dos revolucionários, considerados republicanos e não sublevados, Cavalcanti vai construindo heróis paraibanos: “Terminou assim a revolução praieira na qual um dos mais arrojados e ardentes foi o ilustre tribuno e jornalista paraibano Antonio Borges da Fonseca” (1914, p. 96).

Percebe-se, assim, que para os autores de livros regionais era importante evidenciar as especificidades de sua província e mostrar seus heróis. Nas palavras de Pinheiro:

Em síntese, para que fosse construída a identidade da cultura e dos homens paraibanos (paraibanidade) era preciso, acima de tudo, “resgatar” seus heróis, as datas e os fatos que marcaram sua história, além das especificidades culturais (musicais, folclóricas etc.), do perfil dos “grandes educadores” e dos feitos do povo paraibano” (Pinheiro, 2023, p. 369).

Do mesmo modo, no período republicano os livros escolares que contam a História da Paraíba, escritos por autores paraibanos como é o caso dos três exemplos anteriormente citados, buscam inserir a Paraíba na história do Brasil, ou de mostrá-la como *singular na federação brasileira*, todavia, narram os acontecimentos sob a ótica paraibana e mostram os sublevados e revoltosos contrários à monarquia, como heróis (ou mártires) revolucionários e republicanos.

6 CONCLUSÃO: INSURGENTES DO IMPÉRIO – HERÓIS DA REPÚBLICA

Podemos traçar o rastro de livros que tratam de uma porção do território nacional, os livros regionais, desde antes do século XIX mas, contudo, nos anos 1800, esses foram raros e esparsos. Os grupos político-sociais que ficaram à frente do governo imperial almejavam uma nação unificada sob um único comando centralizado na monarquia e, nesse intuito, incentivaram a elaboração de livros de História do Brasil e da Pátria. Por isso mesmo, os vários movimentos sociais liberais separatistas que lutaram em prol da república e da federação foram severamente combatidos e os rebelados punidos. Não era de interesse da União fortalecer identidades regionais. Assim, a historiografia nacional desenvolveu-se ‘sob o manto da coroa’ com a criação do Arquivo Nacional, do IHGB e do colégio D. Pedro II. Elaborou-se a partir daí uma história para o

Brasil unificado, uma História do Brasil onde defender o federalismo significava rebeldia e insurreição.

Nesse contexto, as Histórias das Províncias não encontram espaço para se consolidar na historiografia brasileira durante o Império, nem nos currículos escolares como matéria específica e tampouco no mercado editorial voltado para a produção de obras nacionais. Seria somente com a República federativa, quando as oligarquias regionais passam a controlar o governo federal, que surgiria o incentivo à produção historiográfica local. Foi esse também o momento em que novas ideias pedagógicas passaram a circular no país, defendendo a *história local*, e que ocorreu a criação dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais.

As historiografias estaduais, a exemplo da paraibana e da gaúcha, bifurcam-se entre aquelas que narram a história do estado articulada à história do Brasil e as que contam a especificidade de sua região nos acontecimentos da história do país, *de uma comunidade que se faz singular no quadro da federação brasileira*. Todavia, a marca significativa dessa produção historiográfica, que será ensinada pelos livros didáticos regionais, é a resignificação dos movimentos sociais liberais na história do Brasil. Os líderes dos revolucionários tornam-se os heróis nas histórias regionais, os insurgentes do Império são os heróis da República.

6 REFERÊNCIAS

- Abreu, M. (2007). Criação da impressão régia – 13 de maio de 1808. In Bittencourt, C. (Org^a). **Dicionário de datas da história do Brasil**. (pp. 131-134). Contexto.
- Azevedo, A. C. do A. (1999). **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. (3^a ed.). Nova Fronteira.
- Batista, A. A. G. (2002). Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In Abreu, Márcia. (Org.) **Leitura, História e História da leitura**. (1^a Reimpressão, pp. 529-576). FAPESP.
- Belo, A. (2002). **História & Livro de leitura**. Autêntica.
- Bernades, D. (2007). 13 de janeiro de 1825, Morte de Frei Caneca. In Bittencourt C. (Org^a). **Dicionário de datas da História do Brasil**. (pp. 21-24). Contexto.
- Bittencourt, C. M. F. (2004, set. /dez.). Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, 30(3), 475-491.
- Carvalho, J. M. de. (2012). Introdução, As Marcas do Período. In Carvalho, J. M. de. (Coord.). **A Construção Nacional: 1830-1889**. (1^a ed. v.2, pp.19-35). Objetiva.
- Carvalho, M. J. M. de, & Câmara, B. A. D. (2008, nov.). A Insurreição Praieira. **Forum almanack brasileiro**, 8, 51-55. DOI:[10.11606/issn.1808-8139.v0i8p5-38](https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i8p5-38)

- Cavalcanti, M. T. (1914). **Epítome de História da Parahiba para uso das escolas primárias**. Imprensa Oficial.
- Companhia Melhoramentos de São Paulo. (1922[?]). **Episódios da Nossa História**. Cia. Melhoramentos de S. Paulo.
- Cury, C. E. (2005). Ensino de História: a construção de memórias e identidades urbanas. [Trabalho completo]. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**, Londrina.
- Dias, M. (1996). **Intrepida ab origine**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. Almeida Gráfica.
- Fernandes, C. D. (1918). **Escola Pittoresca**. Livraria editora de Leite Ribeiro & Maurillo.
- Flores, M. **Dicionário de História do Brasil**. (4ª ed.) EdIPUCRS.
- FTD. (1928). **Primeiras Lições de História do Brasil**. Curso Elementar. Perguntas e Respostas. Livraria Paulo de Azevedo & Cia.
- Gasparello, A. M. (2015, jan./abr.). A Nação Imaginada nos Livros didáticos do século XIX. **Cadernos de História da Educação**. 14(1), 39-53.
- Gutfreind, I. (1992). **A Historiografia Rio-grandense**. Editora Universidade/UFRGS.
- Hallewell, L. (2005). **O Livro no Brasil, sua história**. (2ª ed.). EDUSP.
- Iglésias, F. (2000). **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Nova Fronteira; UFMG: IPEA.
- Kühn, F. (s./d.). **José Feliciano Fernandes Pinheiro e os Anais da Província de São Pedro**. Instituto Histórico e Geográfico-RS.
https://ihgrgs.org.br/arquivo/cd_visconde_saoleo/CD/introducao.htm
- Lacerda, J. M. de. (1929). **Pequena História do Brazil por perguntas e respostas para uso da infância brasileira**. (3ª ed.[?]). Livraria Francisco Alves. (2ª ed. 1880)
- Machado, M. L. (1977). **História da Província da Paraíba**. Reprodução da edição de 1912, com estudo introdutório do prof. José Octávio. Editora Universitária/UFPB.
- Magalhães, P. I., & Costa, A. A. (2019). Os livros escolares impressos na Tipografia de Serva (Bahia, 1811-1846): bibliografia e história. **Revista Brasileira de História da Educação**, 19, e076.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/10.4025>
- Melo, J. B. de. (1996). **Evolução do Ensino na Paraíba**. SEC- Conselho Estadual da Educação-João Pessoa.
- Morais, M. de S. (2016). **O Ensino de História no Liceu Paraibano Oitocentista (1839-1886)**. [Dissertação de Mestrado, CCHLA/UFPB].

- Octávio (de A. M.), J. (1977). Maximiano Machado, Liberalismo, Radicalismo e Revisionismo na Primeira História da Paraíba. In Machado, M. L. **História da Província da Paraíba**. Reprodução da edição de 1912, com estudo introdutório do prof. José Octávio. Editora Universitária/UFPB.
- Pereira, J. P. C. R. (2012). **Os indígenas na primeira história da Paraíba**: um estudo sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado. [Dissertação de Mestrado, PPGH/UFPB].
- Pinheiro, A. C. F. (1997). O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a História da Educação da Paraíba: Apontamentos para um Estudo Historiográfico. [Trabalho completo]. **Anais do IV seminário Nacional HISTEDBR** – Grupo de estudos e pesquisa de História, Sociedade e Educação no Brasil. [Portal Unicamp https://histedbrantigo.fe.unicamp.br > trab010](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/trab010)
- Pinheiro, A. C. F., Cury, C. E., & Ananias, M. (2010, mar.). As Primeiras Letras e a Instrução Secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da Nação (1836-1884). **Revista HISTEDBR On-line**, 37, 238-252.
- Pinheiro, A. C. F. (2023). **Uma História da Educação Rural Brasileira pela Modulação Paraibana (1858-1970)**. Editora do CCTA.
- Pinheiro, J. F. F. (1839). **Annaes da Provincia de São Pedro**. (2ª ed.). Typographia de Casimir.
- Pombo, R. (1940). **História do Brasil, curso fundamental**. (3ª ed.). Ed. Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Rosa, F. (1898). **Excursões escolares ou, narrativas infantis histórico-topographicas da cidade do Rio de Janeiro**. Livraria de J. G. de Azevedo & C. Editores.
- Santos, V. M. dos. (2017). **A Geografia e seus livros didáticos sobre Sergipe**: do século XIX ao século XX. Diário Oficial-EDISE.
- Silva, K. V., & Silva, M. H. (2005). **Dicionário de Conceitos Históricos**. Contexto.
- Sodré, N. W. (1939). **Panorama do Segundo Império**. Companhia Editora Nacional.
- Stamatto, M. I. S. (2019, jan. /jun.). Cem anos: Livro Escolar de História do Brasil (1808-1908). **História & Ensino**, 25(1), 13-40.
- Stamatto, M. I. S. (2016). EXPERIENCIAS ESCOLARES PARA A INFANCIA DESVALIDA – BRASIL IMPERIAL (1822-1889). **HOLOS**, 5, 22–32. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4685>
- Tambara, E. (2002, abr.). Trajetórias e natureza do Livro Didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, 11, 25-52.
- Valdez, D., Panizzolo, C., Dias, A. R. C., & Rocha, J. G. (Orgs.), (2023). **Dicionário de Autor(es) de Cartilhas e Livros de leitura no Brasil (século XIX)**. Cegraf UFG.

Vechia, A. (2008, jan./abr.). Os livros didáticos de história do Brasil na escola secundária brasileira no século XIX, sob a égide das ideias europeias. **Revista Educação em Questão**, 13(17), 104-128.

Vieira, E. (1956). **Pontos de História do Brasil**. Segundo o Programa Primário da Paraíba do Norte. (8ª ed. corrigida e aumentada). Gráfica Comercial LTDA. (1ª ed. 1921)

Acervos

FUNESC/ Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista

Fundação Casa José Américo /PB

Biblioteca Mário de Andrade-SP

Biblioteca Monteiro Lobato- AHLE / SP

Biblioteca UFPB (acervo digital)

Biblioteca IFPB (acervo digital)

Biblioteca Brasileira Mindlin (acervo digital)

Laboratório de Ensino e Material Didático-LEMAD-DH/USP (acervo digital)

Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul - IHG-RS (acervo digital)

Ibero-American Library-Catholic University of America (acervo digital)

Livraria do Senado (acervo digital)

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Stamatto, M. I. S., & Engler Cury, C. INSURGES DE L'EMPIRE: LIVRES QUI ENSEIGNENT PARAIBA (1817-1930). HOLOS, 5(40). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/17599>

SOBRE AS AUTORAS

M. I. STAMATTO

Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutora em História pela Université de la Sorbonne Nouvelle, com pós-doutorado em Educação pela Université de Québec à Montreal. Professora titular do Departamento de Educação e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero.

E-mail: stamattoines@gmail.com

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-7486-9951>

C. E. CURY

Graduada em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) e História (licenciatura), mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora titular do Departamento de História e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Tesoureira da Sociedade Brasileira de História da Educação nos biênios 2013-2015 e 2015-2017. Editora-chefe da RBHE entre 2017 e 2021.



E-mail: claudiaenglercury73@gmail.com

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-2540-2949>

Editora Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: Francisco das Chagas Silva Souza e Lenina Silva



Recebido: 21 de Agosto de 2024

Aceito: 02 de novembro de 2024

Publicado: 10 de novembro de 2024